

OS VOCÁBULOS TOPONÍMICOS BÁSICOS NO “VOCABULÁRIO NA LÍNGUA BRASÍLICA” E SUA RELAÇÃO GEOGRÁFICA

*Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick**

RESUMO

O Vocabulário da Língua Brasílica é o documento hábil para se estudar o tupi do século XVI. Muitos de seus termos geográficos foram empregados, mais tarde, como topônimos, constituindo o que chamamos de vocábulos toponímicos básicos. O presente artigo objetiva o levantamento desses designativos e sua aplicação na toponímia atual.

Unitermos: Vocabulário na língua brasílica. Vocábulos toponímicos básicos. Antonomásia. Toponimização de designativos comuns (campos oronímico, litonímico, hidronímico e humano).

Os teóricos da Toponímia, enquanto estudo dos nomes de lugar, não a qualificam como um segmento distinto do léxico regional. Ou seja, não haveria, por assim dizer, denominativos lingüísticos especialmente designados para exercerem o papel de topônimos, a ponto de constituírem uma classe gramatical mais ou menos fechada, tal qual ocorre hoje com os nomes próprios de pessoas.

Na realidade, o topônimo, enquanto fato da linguagem, tem uma formação e uma função idêntica à dos demais vocábulos. Tanto que Charles Rostaing conceituou-o, formalmente, como um signo lingüístico constituído de “vogais e de consoantes, fonemas articulados pelo aparelho fonador e transmitidos ao cérebro pela audição”.¹

Para nós, a aplicação ou o uso que se faz desse signo da língua é que o torna “especialíssimo” nas disciplinas onomasiológicas, fazendo com que se possa incluí-lo, semanticamente, em compartimentações distintas, as “ta-

* Profa. Associada do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH – USP.

1 – ROSTAING, Charles – *Les noms de lieux*. Paris, Presses Universitaires de France, 1958.

xeonomias toponímicas". Estas o remetem a amplas ordens de considerações dentro do universo onomástico: o campo físico ou natural e o sociológico ou antropocultural propriamente dito, cada um com uma seriação compatível com a realidade observável (fitotopônimos, cardiotopônimos, antropotopônimos, huerotopônimos, etc).

Dessa forma, e nessa perspectiva, é que o topônimo vai se afastando, paulatinamente, do entendimento vocabular comum, para se situar em ordenamentos próprios à uma disciplina científica, transformado que foi em seu objeto de estudo.

Em sua constituição estrutural, há, por certo, manifestações gramaticais que preponderam sobre outras, destacando-se no conjunto nominativo geral; enquanto os substantivos comuns exercem um papel maior na cadeia onomástica, os verbos, ao contrário, têm um emprego reduzido, quase como exemplos únicos, tal qual ocorre com Amanhece, antiga estação ferroviária de Minas Gerais² e Veremos, um córrego na Bahia. Já as locuções aparecem em número um pouco maior: Vamos Ver (cach. RO), Vai Volta (AH MG), Sobe e Desce (r. SP; rcho. BA), Vai Quem Quer (ig. AM), Vai e Vem (c. MT), Valha-me Deus (AH MA), Se me Apanhas (AH MA) Há Mais Tempo (AH MA).³

Como se verifica de alguns desses dirrematotopônimos, nem sempre sua constituição sintagmática permite uma interpretação segura, facilmente deduzível, de sua causa motivadora, ou a razão que condicionou o denominador quanto à escolha do nome, necessitando-se, assim, de um recuo à história local ou ao seu passado histórico. Verdadeiro procedimento diacrônico de penetração no âmago de sua substância, portanto.

Dentro dessa tipologia, três séries verbais, representadas pelos verbos tirar, passar e sair – quantas delas já cristalizadas semanticamente –, concorrem para dinamizar um pouco o emprego gramatical: Tira Casaco (ig. AM) Tira Ceroula (rcho. MA), Tira Cerveja (AH RO), Tira Chapéu (mo. GO), Tira Couro (sa. do, MG), Tira Sentido (sa. do, MT), Tira Teima (cach. AM), Passa Bem (AH RO), Passa Tempo (AH MG, rib. SP), Passa Dois (AH SC, r. PR), Passa Três (AH RJ, rb. GO RO MG), Passa Quatro (AH MG, rb. GO, sa. GO), Passa Cinco (AH MG, c. MG, r. MT SP), Passa Dez (AH MG), Passa Vinte (AH MG, r. MT); Passai de Baixo (cach. PA), Passe (AH BA); Passe Bem (AH MA); Sai Cinza (AH PA, ig. AC, i. PA); Sai de Cima (AH PD).

No verbo passar está contida, sem dúvida, a idéia de passagem, quer de pessoas ou de animais. Há registro toponímico de várias Passagens, em autonomia sintagmática, principalmente nos Estados do nordeste, ou com determinantes, como em Passagem do Bastião (MG), ou dos Bugres (i. MT), ou dos Índios (c. RO), assim como de Passos, principalmente nos Estados do sul, com exceção daquele de Minas Gerais, em homenagem a São Bom Jesus dos Passos.

2 – A respeito de Amanhece, Everardo Backheuser comentou o seguinte: "É todavia exceção aberrante a figurar entre outras metáforas de igual jaez a título de curiosidade geográfica". ("Toponímia. Suas regras. Sua evolução". In: *Revista Geográfica*. R. Janeiro, Inst. Pan-Americ. de Geogr. e Histor, nº 25 a 30, t. IX e X, 1949 a 1959, p.169.

3 – Os topônimos brasileiros mencionados neste artigo foram pesquisados em VANZOLINI, P.E. e PAPAVERO, N. – *Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1.000.000 do IBGE*, S.Paulo, FAPESP, 1968.

Backheuser já mencionava o fato, chegando à mesma conclusão, ou seja, que “vaus e passagens geram topônimos. No lugar onde se situa hoje a famosa cidade universitária britânica era o ponto pelo qual os carneiros ou as manadas vadeavam o rio, daí Oxford, de *ox*, boi e *ford*, vau. Igualmente Frankfurt é “passagem dos Francos” e do mesmo modo os topônimos franceses em *wez* e em *gud* no sul, de antigas línguas locais”.⁴

Às vezes, porém, o verbo em locução aparece consignado em posição final no sintagma toponímico, tal qual ocorre com a paulista Santa Rita do Passa Quatro em que a expressão adjetiva foi acrescida “ao nome da padroeira em virtude de a estrada primitiva que demandava à cidade de Pirassununga cortar em quatro pontos o córrego de idêntico nome”.⁵

Entretanto, é nos substantivos comuns ou nos meros designativos, que o homem encontra a maior fonte motivadora das denominações, certamente porque vê neles o concretismo dos objetos por excelência, a plena realização do que se continha no onoma grego, enquanto definição de um ser.

Dentro de uma perspectiva lingüística do fato toponímico, Dauzat remete o estudo dos topônimos oriundos de substantivos ao campo conceitual da geografia física e/ou humana.⁶ Essa atitude parte, sem dúvida, da constatação prática de que nomes de lugares podem simplesmente se traduzir pelo denominativo da entidade geográfica que identificam. Por isso, rios, lagos, vaus, montes, serras, cidades, vilas, colônias, arraiais, etc., podem ser simplesmente assim chamados, sem qualquer outra referência que lhes defina ou precise o sentido, como acontece com Riozinho (AH AC AM, r. GO), Lago (ig. do, AP MT), Lagoa (AH BA, rib. MT), Vau (AH MG, i. do, RS, rcho. do, BA), Morro (AH MG, c. do, GO), Morrinho (AH BA MT), Montanha (i., ig. e cach. PA), Monte (rib. do GO, sa. do, PB), Serra (AH AM BA, la. da PI, r. BA RO), Cidade (AH BA, i. da, PA, r. da, RJ), Vila (c. da, MG), Arraial (AH BA MA RS, c. do, GO, r. RR), Colônia (AH AC BA MT PA PE PI, ig. AM), Venda (AH BA, c. da, GO).

A origem do fato é simples e já foi por nós apontada anteriormente: ou o acidente é único na localidade, dispensando um chamamento acessório para distingui-lo de outro ou outros nas proximidades, ou a sua própria significação local justifica a unicidade de seu tratamento. O grupo se refere ao rio de sua região como “o rio”, fala da “serra” que é a sua particular, a “cidade” é ponto de referência para o morador rural, para quem “a vila” em que mora não tem outra que se lhe compare, por isso dispensa um nome sobressalente. É o fenômeno típico da antonomásia em Toponímia, também estudado por Backheuser que diz que os povos rudimentares dispensam “a designação explícita para os acidentes geográficos, em particular para os acidentes físicos. O estrangeiro ignorante da língua local, ao ouvir a palavra, considera-a como peculiar àquele dado acidente e passa assim a nomeá-lo nas descrições e levantamentos. Ganha o vocábulo bizzarros foros geográficos. É típico exemplo de antonomásia, figura de retórica pela qual se toma o substantivo próprio por comum e vice-versa”.⁷

4 – *Ibidem*, p. 176

5 – *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. R. Janeiro, IBGE, 1958, vol. XXX:

6 – DAUZAT, Albert – *Les noms de lieux. Origine et évolution*. Paris, Libr. Delagrave, 1937, p. 23/25.

7 – BACKHEUSER, E. – *Ibidem*, p. 169.

Não apenas isso, porém, ou mais do que isso ocorre: todas essas formas de chamamento acabam por inculcar ao acidente uma denominação espontânea e natural que, aos poucos, por força do costume e do hábito, acaba se arraigando no espírito da população e transformando-se na única forma denominativa conhecida e aceita. Seu característico é a praticidade de uma fácil assimilação e ganha aspectos de uma autêntica forma de nomear, das melhores que se possa conceber, porque oriunda do nativo da região. Não lhe foi imposta nem visa homenagens a terceiros estranhos ao meio; assim sendo, não corre o risco da impessoalidade ou da artificialidade. Será por certo duradoura, porque reflete o momento criador do homem afeito ao ambiente em que o acidente está inscrito.

Os povos em geral não se furtam a esse procedimento, o que pode ser comprovado nas diferentes nomenclaturas. Foi assim com franceses, portugueses, africanos e indígenas. Destes, o léxico tupi registrado no *Vocabulário na língua brasílica*, "sem dúvida um dos mais preciosos documentos para o estudo do tupi antigo", de acordo com o Prof. Plínio Ayrosa, organizador de sua primeira edição, acusa particularidades relativas ao que ora se analisa.⁸

De fato, o VLB é uma compilação jesuítica do acervo lingüístico indígena de Quinhentos. É o registro do seu cotidiano, a mais fiel tradução de um tesouro lexicológico voltado para os hábitos e aquisições do falante. Nele, a geografia integra também a sua relação distributiva, como um dado do conhecimento, e a própria toponímia anotada reflete um modo de sentir e de perceber o lugar segundo a cosmovisão do índio.

Para se proceder à verificação prática da tipologia dos acidentes registrados no VLB e a sua conservação na atual nomenclatura geográfica brasileira, através de levantamentos no *Índice dos topônimos*, pode-se tentar reparti-los nos componentes orográficos, hidrográficos e humanos. O campo conceitual preenchido por esses designativos incorpora o que foi por nós definido como *vocábulos toponímicos básicos*, dos quais já procedemos a um estudo dos acidentes relativos aos cursos d'água, razão por que nos absteremos de abordar novamente o problema, a não ser aqueles casos que, por ventura, tenham deixado de ser referidos, desde que a análise não pretendeu ser exaustiva.⁹

No campo orográfico, respeitando-se a literalidade dos verbetes, tal qual ocorrem no VLB, verifica-se haver, já no Quinhentismo, disponibilidades lexicais específicas para certas tipologias geográficas, não apenas para as mais genéricas, como morro, serra ou chão.

Comparando-se, porém, as formas lingüísticas definidoras desses designativos, nota-se que o falante servia-se de um mesmo signo da língua para expressar a substância dos respectivos referenciais. É o que se deduz do exame destes enunciados:

"Serra — O mesmo que outeiro"

"Morro — uide. Outeiro"

"Monte alto ou outeiro — *Igbitira*"

8 — Neste estudo, servimo-nos da 2a. ed. do VLB, 2 vols., rev. e confr. com o Ms. fg. 3144 da Bibl. Nac. de Lisboa pelo Prof. Carlos Drummond, *Bol.* n.ºs. 137 e 164 da Col. Etnografia e Tupi-Guarani, N.ºs 23 e 26, ed. da FFCL-USP, 1962, 1953.

“Oiteiro – *Ygbigtira*”

“Outeiros muitos – *Igbigtibitira*”

“Monte ou montão de qualquer cousa – *Atira*.

Capoã, ut. *Ibigatira*, i. monte de terra”.

Donde se conclui que o termo português oiteiro, forma típica do nomear lusitano, servia de paradigma para as elevações de terreno. Na toponímia brasileira atual, ainda se consignam alguns exemplos dessa modalidade, apesar de seu pouco emprego na língua falada: Outeiro (AH MA, sa. do, BA), Outeiro de Maracá Açu (AH PA), Outeiro do Padre Nicolino (AH PA), Outeiro Redondo (AH MG).

Na formalização indígena percebe-se, nitidamente, a aglutinação de dois elementos, o que se torna claro quando se comparam os verbetes citados. O elemento básico ou comum é *ibig*, *igbig* também *yby*, *ybi* ou *ibi*, termo genérico para “chão, solum” ou a terra propriamente dita, e que vai proporcionar uma série de composições.¹⁰ A nomenclatura atual, entretanto, não registra o vocábulo em autonomia e sim com formantes: Ibiá (“corr. *yby-ã* – terra erguida, a prumo, barranco” (TS) – AH MG); Ibiáçu (“terra grande” – AH BA); Ibiapaba (“a estância dos barrancos ou das escarpas; o escarpado ou alcantilado” (TS) – AH CE); Ibiapina (“o monte pelado, sem vegetação” – AH CE); Ibicatu (“a terra boa” – AH PE); Ibioporanga (“a terra bonita” – AH BA SP); Ibiquera (“a terra extinta, a que foi terra” – AH BA).

O segundo elemento na composição do oiteiro, *ytyra* ou *atyra*, é que significa “elevação, altura”, “o monte”, por assim dizer. Das duas formas, apenas Itira firmou-se na toponímia, nomeando um aglomerado em Minas. Na vernaculização, o formante *Ygbitira* resultou em Ibitira (AH BA), do qual se conhecem derivações: Ibitirama (“o monte alto, a região das montanhas” (TS) – AH ES); Ibitiruna (“o monte preto” – AH SP), além de Ibitiranga (AH PE) e Ibitiriá (r. RS).

Algumas das variações geográficas de *yby* e *ytyra* receberam, porém, no

9 – DICK, Maria V.P. do Amaral – “Os vocábulos toponímicos básicos e sua relação geográfica”. IN: *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*. São Paulo, Serv. Artes Graf. da FFLCH-USP, 1987, p.76/94. – Os vocábulos geográficos em função toponímica foram pesquisados também em SAMPAIO, Theodoro – *O tupi na geografia nacional* 2.ed.corr.e aum.S.Paulo, Empr. Typogr. Edit. “O pensamento”, 1914, chegando-se a estas tipologias: *Y*, *ibu*, *icanga*, *iembó*, *ierê*, *igaba*, *igapira*, *igarapaba*, *igarapé*, *igapó*, *igudá*, *iguape*, *inha*, *ipanema*, *ipameri*, *ipioca*, *ipuçaba*, *ipueira*, *ipuca*, *ipu*, *ipopoca*, *ipojuca*, *itaipu*, *itarare*, *itupuy*, *itupeva*, *itupiru*, *itiquira*, *itiqueira*, *itaipava*, *icapará*, *jupia*, *jurumirim*, *paraná*, *pará*. – Do VLB foram retirados os identificadores de riacho (*Igecoabuçu*), ribeiro (*Igecoaba*), ribeirão (*Igbira*), córrego (*Igbitigoaya*). Ainda podem ser considerados como temas relativos, estes exemplos que não foram mencionados na oportunidade: “Agoa salgada” – *Ig eé*. vel. *Parana*. He ppria do mar”; “aguada pello Rio ou fôte donde o povo bebe-Nhaya”; “Aguoa doce – *Igetê*”; “alto ser o rio – *Xeripig*”; “Bica como quer dagoa – *Igtoroma*”; “Braço do rio – *Tigaca*”; “Corrente dagoa no Rio ou mar – *Igecoabapoãna*, 1, *Tigicoabapoana*, *Ygétrica*”; “Corrente ser o Rio, ou muito correr – *Acoabapoana*, *Xerigcoabapoana*; melhor correr o líquido – *Acigrig*”; “Correr muito como o Rio – *Acoabapoan*; *Xerigcoabapoam*, *Acoabapoana*, *Acigricatá*”; “Crescente da maré – *Igura*”; “Crescer a maré – *Ajur*. *Auiruçu*”; “Crescer a agoa no poço ou fonte – *Anoong*”; “Decente da maré – *Igétriga*”; “Esteiro do mar ou rio – *Igembig*”; “Madre do Rio – *Tigete*”; Manacial, agoa – *Igecobê*”; “Remanso dagoa, ou donde ella dezana – *Igiebigra*”, todos, porém, sem presença na nomenclatura geográfica, com exceção de *Tigete* ou *Tietê* – (AH PR SP, r.SP).

10 – A grafia *ig*, nos vocábulos tupis *ibig*, *igbig*, *igbigtira* e em outros semelhantes, pode ser interpretada como uma tentativa do português em registrar o som gutural da 6a. vogal tupi – *y*, “um som misto e confuso entre i e u”. Daí a variedade de formas: *y*, *yg*, *ig*, *ig*, *hi*, por ex., até a resultante final, na vernaculização, *iu*, como ocorre em *Ipanema/Acaraú*.

VLB uma significação autônoma: *Jgbigpeba* (= *Ibipeba*, “a terra chata, plana”) está consignado no verbete “Faldra de terra”; o “cabeço ou lugar alto” é *Jgbtira* (= *Ibitira*); a “Caverna de terra ou buraco” é a *Ybygcoara* (= *ibiquara*), da mesma forma que o termo é empregado para significar “Coua no chão assi - se he funda” e “Mina, como quer, por debaixo da terra”; já *Igbigcoaruçú* ou o “buraco grande”, é a “Furna na terra”.

Por outro lado, *ybyty* empresta o seu radical para o conceito de vale ou córrego, definido por *Igbigtigoaya* (= *Ibitiguaia*, AH MG), mas é no verbete “Córrego” que se percebe melhor a razão do emprego: “Aquela aberta que vai por entre oiteiros”. Por outro lado, a própria definição de córrego, extraída de Dario Paes Leme de Castro¹¹, qual seja, “pequena corrente de água apertada entre margens altas”, confirma a idéia contida no vocábulo indígena de abertura ou depressão que, afinal, é também o conceito de vale: “depressão de terreno entre as vertentes de duas ou mais elevações orográficas”, o mesmo acontecendo com as distinções para canal, onde a partícula *goaya* transmite o sentido dessa característica do terreno: “Canal no fundo - *Tipigoaya*” e “Canal ter o fundo - *Xerigpiggoay; Xeripigoiacatu*”, em que *ypyg* ou *typyg* significa “fundo do rio ou mar”.

De *goaya* provavelmente derivaram *coa*, *goa* ou *gua*, esta última forma aparecendo em um ribeiro de Goiás (Guá) e em outros elementos compostos: Paranaguá (“seio do mar, baía, enseada” - AH PR), Jacarepaguá (“vale da lagoa do jacaré” - AH RJ) ou Jaraguá (“vale, baía ou enseada do senhor” - AH SP). Theodoro Sampaio refere-se também à uma outra categoria de formantes em *guá*, a que é resultante da aglutinação da posposição tupi *pe*, correspondente ao português *em, a, no, na*: “Assim é que se diz Igoape (*y-god-pe*), significando no seio d’água ou no lagamar e Marangoape (*maran-goape*), no vale da batalha ou baixa da desordem”¹², partícula essa que, na vernaculização, poderia ter sido eliminada sem perda de sentido toponímico, desde que o topônimo propriamente dito não se alteraria.

Já o genérico montanha identifica-se no VLB pelo termo conceituador de “matos”, *caá*, do qual se dispõem duas especificações: “Mato virgem q. nunca foy roçado - *Caá etê*” e “mato que ia foy roçado - *Côpuera*”.

No primeiro vocábulo, *caá etê*, a partícula *etê* denota o fato consagrado em inúmeras outras composições, da legitimidade do objeto que qualifica. É o que diz o verbete respectivo do VLB: “uerdadeira cousa, contraria de contrafeita”, enquanto que o *Pequeno vocabulário tupi-português* define-a como “muito, verdadeiro, legítimo, genuíno”.¹³ O emprego de *etê* era um recurso utilizado pelo índio para enfatizar a autenticidade de um elemento dentre outros semelhantes, como ocorria com *laguara* (cachorro) e *laguar’etê* (a onça verdadeira).

Analisando-se as duas formas distintivas para mato, ocorre que, no *caá-etê*, se pressupõe a ausência da participação humana no resultado final do conseqüente lingüístico, o que não acontece com *côpuera*, identificada jus-

11 - *Terminologia físico-geográfica do Brasil*. R. Janeiro. A. Coelho Branco F^o (Editor), 1939.

12 - SAMPAIO, Theodoro - *Ibidem*, p. 108

13 - BARBOSA, Pe. Antonio Lemos - *Pequeno Vocabulário tupi-português*. 3. ed., R. Janeiro, Livr. S. José, 1967.

tamente pela presença do homem na atividade. Este *caá-etê* aparece na toponímia modificado em *caeté*, por força de apócope do *a* e abertura do *e* final. Como acidente humano, localiza-se (Caeté) em Minas Gerais, Mato Grosso e Pará e como acidente físico denomina alguns acidentes ao norte (PA AM AC) e centro-oeste (MT); o composto Caeté Açú está na Bahia e a pluralização Caetés, em Pernambuco. Quanto à *côpuera* ou *kôpuera*, o *Índice dos topônimos* não acusa nenhum registro, apenas a variante *capoeira*, que Theodoro Sampaio faz derivar de *caá-poera*: “mato que se renova sobre os destroços de uma mata primitiva”. Capoeira, para o autor, seria o “mato extinto”. Entretanto, Frederico Edelweiss, baseado no VLB, explicou o conceito de outra forma: “Capueira vem de *Ko-puêra*, roça abandonada, da qual o mato já tomou conta. A troca de *o* para *a* deve-se à influência da palavra mais corrente *Kaá-mato*. Entretanto, o índio nunca chamaria ao mato novo de um antigo roçado *Kaá-puêra*, o mato extinto, quando a capueira é, na verdade, um mato renascido”.¹⁴ Como topônimo, o vocábulo aparece no singular (Capoeira), com índice de plural (Capoeiras), com sufixos diminutivos e aumentativos (Capoeirinha – Capoeirão), com partícula tupi (Capoeirana), com determinantes (Capoeira do Algodão, Capoeira do Filipão, Capoeira do Rei, Capoeira Grande).

O alto, o ponto elevado, acima, está inscrito nos verbetes “arriba” e “Alta cousa ou altura para cima”, como *Ygbaté*, de que a toponímia fez Ibaté (AH SP) e o composto Ibatequara (AH AL). Este elemento final *coa-ra/quara* aparece também em composição com *yby*, para definir, além das outras especificações que citamos, o oposto da elevação, ou seja, “Buraco no chão ou coua”. As duas formas estão consignadas na nomenclatura: Ibi-coara (AH BA) e Ibi-quara (ar.RS.) Em autonomia sintagmática, anotam-se os seguintes registros: Quaraf (r.RS), Quaraf Mirim (AH RJ), Quaragu (AH BA).

Também em sentido contrário ao de buraco, está a ponta de terra, ou *apoã/yapoã*, que também corresponde à “Língua de terra, o mesmo que pōta” e a “Cabo ou ponta assi no mar como fora”; dela a nomenclatura geográfica não acusa ocorrências em autonomia sintagmática, apenas em composição, como ocorre em Itapuã (“a pedra empinada”), topônimo na Bahia e no Pará ou em Itirapuã (AH MG), que Theodoro Sampaio diz ser o “morro em forma de torres que se destaca do maciço e que no sul se denomina Cuscuzeiro”.

Para “Barreiras”, aparece a indicação *Jgbiâma*, *igbiâbiâma*, que incorpora o mesmo sentido que “Ladeira” e, por extensão, o “Estar em pé” do VLB. Já as “Barreiras que ha comumente ao longo do mar, em terra alta”, se definem por *guarapiranga*, nome atribuído a um aglomerado em São Paulo. Ora, estas barreiras vermelhas, como o próprio VLB diz, eram fatos conhecidos na região costeira. Gabriel Soares de Sousa, por exemplo¹⁵, cita o acidente junto ao rio de Camaragipe, na região do rio Jaguaribe, entre os rios de Itacumirim e o de Porto Seguro, em um riacho que se diz de São Francisco. No cap. XXXI, “Em que se declara a costa e terra dela do rio de Santa

14 – *O tupi na geografia nacional*. 4a. ed. Introd. e Notas do Prof. Frederico G. Edelweiss, Salvador, Ed. Câmara Municipal, 1955, p.107 nota de nº 149.

15 – *Notícias do Brasil*. S.Paulo, Minis. da Educ. e Cult., Depart. de Assist. Cult. 1974.

Cruz até o do Porto Seguro”, descrevendo o trecho entre o rio de Tororam e o de Maniape, onde estão as barreiras vermelhas, diz que elas parecem, para quem vem do mar, “rochas de pedra”. Chaga a falar mesmo em “rio das Barreiras”, localizando-o na costa do Espírito Santo. Todavia, em outros momentos, refere-se a *barreiras* que não são vermelhas e, sim, *brancas*: “Da ponta de Curumbabo ao cabo das barreiras brancas são seis léguas até onde corre este arrecife (...) porque até ao cabo destas barreiras brancas se corre esta costa por aqui (...) (Cap. XXXVII). Também as explicita falando que, do rio de Perufbe ao de Mocuripe, são cinco léguas “o qual tem na boca uma barreira branca como lençol” (Cap. XXXVIII). A geografia física as define como “trechos de elevação orográficas voltadas para o mar, constituídas de argila vermelha ou branca e que esboroadas pela ação geológica das vagas, forma pela sua cor, saliente contraste com o tom geral da costa, sendo naturalmente visíveis ao largo”, o que vem confirmar assim, aquilo que o VLB já descrevia, no século XVI. Entretanto, a geografia física brasileira não as emprega, como acidente, em sua formalização indígena enquanto a toponímia faz uso do termo português “barreira branca” em duas ilhas, no Pará e em Goiás.

Por outro lado, há que se considerar, ainda, o que se contém no verbete “Manta e cobertor e tudo o que disso serue” e que é expresso pelo termo *açoyaba*, do qual se originou *araçoyaba*, “o amparo contra o tempo, o chapéu, a cobertura”, e que é “nome dado a montes isolados com a forma da copa de um chapéu. A denominação – morro do Chapéu é tradução de *araçoyaba*”. Theodoro Sampaio interpreta o vocábulo *açoyaba* como “particípio do verbo *açoy*, cobrir, vedar, proteger; portanto, coberta, veu anteparo, abrigo, proteção; altera-se às vezes para *açoyá*, *açoyava*”. A forma simples (Araçoyaba) aparece em aglomerados no Acre e Ceará; São Paulo tem o composto Araçoiaba da Serra, um aglomerado, em que o determinante transmite, claramente, a idéia de elevação.

Entretanto, o monte isolado podia incorporar, metaforicamente, o mesmo sentido percebido no vocábulo *manhana*, qual seja “Espia como de guerra ou qualquer”. Em Gabriel Soares de Sousa (Cap. XXI), encontra-se a explicação do emprego do lexema a um monte mais alto que os outros, distanciando deles, “da feição de um ovo”, “pelo qual a terra é bem conhecida, por se ver de todas as partes de muito longe”. Daí o relacionamento *manhana* = espia = monte alto.

Por outro lado, a “Abertura ou fenda” – ou *juruboca*, traz em sua formação o mesmo elemento definidor de “boca” – *Juru*. Entretanto, ambos os termos não figuram como designativos nas respectivas formalizações, apenas em composição, como é o caso de Jurumirim (“boca pequena” – AH MG SP) ou Jurucê (“boca doce” – AH SP) ou mesmo de Itaboca (“pedra furada” ou “arrebentada, pedra solapada”, AH MG, cach.PA, ig.AM, rib.GO – desde que conta, em sua formação, com o mesmo elemento “boca”, que aparece em *Juruboca*, a “abertura”).

Do mesmo modo, a toponímia não fez uso de *cigcaba* ou *xecocigcaba*, termos usados para definir o “limite”, a “chegada”, em posição autônoma no sintagma, mas a sua presença é confirmada em compostos como Piracicaba (AH SP): “a colheita ou tomada do peixe. Designa local que, por acidente natural do leito do rio, não deixa o peixe passar e favorece a pesca” (TS). O mesmo acontece com *tabebira*, que o VLB interpreta sinonimica-

mente a limite, como "Cabo do lugar". Já a origem ou princípio de um ponto ou terreno seria *Ygpi* ou *Ypig*, também definindo o fundo do rio, de que podem ser aplicação os topônimos Ipiaçu (AH MG) e Ipipe (1a.RS). A forma semelhante *igque*, o "Costado ou ilhargá", deve, provavelmente, estar representado no topônimo Ique, denominador de dois rios em Mato Grosso e Rondônia.

Do ponto de vista da geomorfologia ou das formações costeiras, o VLB acusa designativos que podem ser encontrados na toponomástica, como ocorre com o já referido *guá* ("baía, enseada"), donde Paranaguá, "a grande baía que se abre ao sul de Cananea"(TS). O VLB registra este termo apenas como substantivo comum, tratando-se, portanto, simplesmente, do nome do acidente por ele definido. A toponímia é que, por antonomásia, o transformou em substantivo próprio ou topônimo.

Mas Theodoro Sampaio diz que os tupis "confundiam" a "barra ou foz" de um rio com a "barra ou entrada de um golfo ou baía", chamando a ambas de *pará*.

No entanto, o VLB não consigna um verbete relativo a essas expressões, falando apenas em "barra dos portos" ou *Jgmbiaçaba*. Na *Terminologia geográfica do Brasil*, o sentido de "barra", entre outras explicações, é mostrado como "nome por extensão aplicado à entrada de certas baías"; "garganta aberta em terra firme por onde as águas de algum rio se lançam no oceano"; "lugar onde dado rio se lança em um outro".

Levando-se em conta essas significações é que se pode entender a interpenetração do conteúdo de dois conceitos diferentes. Assim, com base em Sampaio, seria fácil perceber como o índio tupi interpretou o lugar da confluência de um rio com outro ou com o mar pelo próprio acidente, identificando diferentes substâncias por um só lexema. Todavia, é forçoso reparar que o VLB não denominava o rio, genericamente considerado, de *pará* e, sim, de *iggoaçû*. *Pará*, com efeito, diz o Pe. Lemos Barbosa, era a forma paraguaia de denominação do mar, enquanto o rio grande, "pariente del mar", era *paraná*. Mas, diz, o tupi devia conhecer o termo porque assim chamava o "Rio S. Frco. da banda do norte", enquanto denominava o rio Maranhão de *Paraupaba*, "porq. procede de mtas. lagoas" (*upaba* = "lagoa").¹⁶ Theodoro Sampaio aventa, ainda, a possibilidade de *pará* ser derivado de *ypará*, "a lagoa crespa ou agitada", que traduziria, segundo o autor, "uma ideia ou imagem de uma cousa familiar ao selvagem das regiões centrais".¹⁷ A origem do vocábulo, entretanto, parece ser controvertida desde que Baptista Caetano o faz provir de *marã*, o "revolto" ou "desordenado". De qualquer modo, a toponímia do Brasil consigna o vocábulo em inúmeras formações, quer em autonomia sintagmática, quer em composição com outros lexemas da língua (Paracatu, Paraguari), sendo raros os formantes portugueses, como acontece em Parafba do Sul, Paraibinha, Pará de Minas ou Pará Velho.

O VLB chamava o "Porto ou desembarcadouro" de *peaçaba*, extendendo o uso também para "os caminhos e seruentias q.saý à praya dos q. uiuem no certão". Theodoro Sampaio acompanha esta explicação e diz que *peaçaba* (ou *peaçá*) é também o "lugar de onde vem ter o caminho, a travessia do

16 - O "Vocabulário na língua brasileira". R.Janeiro, Minist. da Educação e Saúde, Serv. de Documentação, 1948, p. 21.

17 - *Ibidem*, p. 112

caminho". Esta travessia também se expressava por *Imbiaçá*, que é, para o autor, o lugar "onde o caminho atravessa rio ou esteiro; o porto" – mesma forma que o VLB empregava para "Barra dos portos". Como variante dessas expressões, Sampaio cita o vocábulo *piassava/peassava*, que passou a designar a fibra da palmeira *Attalea funifera*: "O nome *piassaba*, ou melhor, *peaçaba*, com que vulgarmente se designa a fibra resistente e utilíssima da *Attalea funifera*, palmeira abundante na zona quente do litoral, vem, de certo, do comuníssimo emprego nos portos (*peaçaba*), das cordas tecidas com a fibra dessa palmeira. No norte do Brasil, as amarras e cordoalha das embarcações pequenas, das jangadas e canoas eram quase que exclusivamente da *peaçaba*. Dizer-se, portanto, cordas de *peaçaba*, vale como se dissesse *cordas do porto* ou *cordas usadas nos portos*.¹⁸ Mas a toponímia guardou o primitivo sentido do vocábulo em nomes de localidades muito antigos como Piassaguera (AH SP), o "porto velho" e Piassabuçu (AH AL), o "porto grande".

A toponímia quinhentista de São Paulo conheceu o termo sob a forma *ambuaçava* e com ele designava a passagem ou o caminho. Era um lugar "à margem do Tietê, vizinho de São Paulo, onde se passava o rio na entrada do sertão e onde se mandou levantar um forte ou tranqueira para defesa da cidade no século XVI"(TS). As tranqueiras levantadas nos caminhos ou vias de passagem visavam impedir o ataque dos índios do sertão à vila. Das *Atas da Câmara da Vila de São Paulo* depreende-se que essas fortalezas construídas de taipa de pilão eram vigiadas por quinze homens, que se revezavam a cada oito dias e, diariamente, por duas horas. Funcionavam como "espias", entre os quais se postavam alguns índios e escravos. A estratégia de sua colocação em ponto extremo à área central, para oeste da vila, demonstrava o receio sentido de um ataque maciço de indígenas: "A terra era pobre e não tinha recursos para se livrar deles, caso rompesse a barreira do forte, daí os cuidados em preparar-lhe a retaguarda com vigias e espias para a defesa".¹⁹

Esta *ambuaçava*, que deixou de ser apenas um lexema tupi para se topônimo, marcava o início da estrada geral para Jundiá, o velho sertão, reduto de fugitivos da lei. Persiste ainda na toponímia da cidade de São Paulo sob a forma Boaçava, nome de um bairro da região oeste, nas cercanias do antigo local.

Mas o VLB também designava o porto "onde ancorão" as canoas ou *ygaras* pela expressão *iggarupaba* ou *iggarupatiba*, da qual a toponímia guardou a variante Igarapava (AH SP). Para Theodoro Sampaio, o vocábulo significaria, literalmente, "termo ou fim de canoas" e deve ser entendido como "assentamento, descanso ou lugar onde se encahava a embarcação, deixando-a a seco".

Por sua vez, as ilhas eram denominadas de *ygpau* e nessa forma se distingue, perfeitamente, o seu conceito de acidente rodeado ou no meio (entre, prepos. = *paime*) da água (*yg*). A toponímia só registra o termo em compo-

18 – Edelweiss contesta esse entendimento. Para ele, *piaçaba* vem de *pyaçaba* – *tecer*, por causa do tecido fibroso, o espelbo que, na piaçabeira, contém a fibra: "a piaçaba ou piaçava, como a chamamos na Bahia" (*O tupi na geografia nacional*, 4. ed., p. 129, nota 203).

19 – DICK, Maria Vicentina de P. do Amaral – "A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo. 1554-1897". *Tese de Livre-Docência*. FFLCH, USP, 1988.

sição: Ipameri (“entre rios” – AH GO), Ipauçu (“ilha grande” – AH SP), Ipaupixuna (“ilha escura” – cach.PA).

Dentro dessa linha de raciocínio, o VLB utiliza ainda o formante *paū* (*nhopaū*), ou “Espacio entre duas cousas”, em composição com *caá*, para definir a “ilha de mato ou campina”. De *caapaū*, se originou o *capão* ou “ilha de mato em campo limpo” e dele se deriva uma grande variedade de designativos, quer em autonomia sintagmática – Capão (BA GO MG PR) ou em composição – Capão Açú (i.AM), Capão Alto (AH MT), Capão Bonito (AH SP), Capão da Areia (AH BA), Capão da Canoa (AH RS), Capão da Cruz (AH SP), Capão da Marca (AH RS), Capão da Volta (AH BA), Capão de Herança (AH RS), Capão do Jucu (AH BA), Capão do Leão (AH RS), Capão do Mato (AH BA), Capão do Meio (AH BA); Capão do Tigre (AH RS), Capão dos Patos (AH RS), Capão Frio (AH BA), Capão Grande (AH MT), Capão Preto (AH MG), Capão Queimado (AH BA), Capão Seco (AH MT RS), Capão Verde (AH MT). Chama a atenção o emprego quantitativo do vocábulo e a disponibilidade paradigmática dos formantes, destacando-se os Estados do Rio Grande e da Bahia como aqueles de maior incidência do designativo.

Dario Paes Leme de Castro define os baixios como uma “reentrância de forma circular em terras marginais aos rios, aumentando-lhes a largura”. Para o VLB, o “Baixio do mar” é a *tygpleima*, enquanto a grande quantidade deles (os “Baixios muitos”) é definida pelo vocábulo reduplicado – *Tigpigeigeigma*, que a toponímia não contempla como designativo. Note-se que, para a *Terminologia geográfica do Brasil*, o acidente (baixio) incorpora o sentido de “elevação do fundo do mar ou dos rios, que descobre quando baixa a maré ou o nível das águas do rio atinge a situação chamada vazante; são de areia ou lama. Os bancos pelo seu crescimento natural, transformam-se em *coroas* desde o dia em que a sua parte mais elevada atinge o nível das águas mais baixas; quando se mantêm sempre descobertas, são “ilhas”. O vocábulo português, entretanto, integra, ele próprio, o elenco onomástico brasileiro, em duas modalidades: Baixio (AH CE MT, rcho. do, PE) e Baixio do Canto (AH CE). Também *apigtera*, que é a “Coroa de terra”, não foi contemplada na toponímia, mas dela pode ser exemplo, como variante, o arroio Apiteri, no Rio Grande.

Do ponto de vista da natureza constitutiva do solo (*yby*), o VLB não registra a forma genérica para barro, apenas as especificações:

“Barro de qualquer terra vermelha - *Igbípitanga*”;

“Barro branco como cal - *Tobatinga*”;

“Outro amarelo com que se dá cor à louça - *Tagodá*”;

“Outro vermelho com q. se pinta - *Tagoapiranga*”.

Das quatro composições, apenas uma tem por base *yby*, as demais se estruturando a partir da que poderia ser considerada como a primitiva, ou seja, *tagodá*, de que se fez *taudá* ou *tobá*, *tabá*. Theodoro Sampaio a deriva de *itá-guaba*, “pedra ou argila de comer, barreiro”.

O barro branco ou a *tobatinga* era conhecido dos paulistas do século XVI, que o empregavam em suas construções, ainda toscas, a ponto de São Paulo se caracterizar como uma *cidade de barro*. De barro branco era o Colégio dos Jesuítas, dizia o Padre Fernão Cardim, assim como “as altas tor-

res”, “as casas térreas, os sobrados e... a cadeia”, segundo Benedito Lima de Toledo, estudioso da arquitetura paulista desde a época colonial. “Ponte grande de Tobatinga” e “outeiro de Tobatinga” foram topônimos da vila. E o caminho que levava o morador para o rio Tamanduatef, a sudeste, recebia o nome desse barreiro, a Tabatingüera, que depois passou a denominar a rua aí nascida, na atual Várzea do Glicério. O vocábulo pode ser interpretado como a pluralização de *tobatinga* – “os barreiros” ou como “o que já foi barro”, o “barro velho”, por força da composição com o sufixo *puera* (alt. *poe-ra, buera, boera, uera, quera*), o “velho, extinto, passado, o que não é mais”.

Tabatinga, hoje, é topônimo no Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo, além de Mato Grosso, Bahia e Piauí. A variante Taguatinga denomina uma das regiões administrativas do Distrito Federal. Taguá nomeia um aglomerado na Bahia e Taguaí é acidente antrópico em São Paulo. Tauá gera designativos na Bahia, Ceará, Amazonas, Rondônia, Pará, Minas e Goiás, enquanto Tauá Miri é aglomerado no Amazonas. Tauapiranga – a toponímia não acolheu a forma expressa no VLB, Tagoapiranga – é aglomerado em Pernambuco, enquanto Ibipitanga (“barro de qualquer terra vermelha”, segundo o VLB) é topônimo único na Bahia, notando-se, ainda, que é neste Estado, juntamente com Amazonas e Minas Gerais, que se centralizam os denominativos da espécie.

Todos esses exemplos demonstram fartamente como o uso transformou em topônimo um vocábulo comum da língua, da mesma forma que acusam a persistência e a constância de seu emprego, continuamente, desde o Quinhentismo até os dias atuais.

Dario Paes Leme de Castro diz que lama é o “trecho de terreno encharcado pelas chuvas” ou a “terra ensopada de água limpa”, dando como sinônimos *igapó, tremedal, lezira, ipoeira, marema, puêra*. No mesmo sentido, o VLB emprega as expressões *Igbiguúma. Tujuca. Tujumumúna*, “esta he húa muito alta em q. se atola muyto como em lagoas de agua doce”, além de Tujucuçú, “Lamaçal como quer”. Os mesmos *tujuca* e *tujucuçú* são utilizados para definir o atoleiro.

Theodoro Sampaio aponta para estas formas as alterações seguintes: *tijuca, tijuco, tuyuca, tuyú*, definindo-os como “líquido corrupto ou podre, lama, brejo, o tremedal, o charco, o paul”. Como compostos: *Tuyuti* (guarani) ou *tuyutinga* (tupi), “lameiro branco, o barro branco” e *tuyuyu* (guarani) ou *tuyu-tinga* (tupi colonial), “lama amarela”.

As formas registradas originalmente no VLB, *Tujuca* e *Tujumumúna*, não constam da toponímia atual, apenas as variantes mencionadas por Sampaio: Tijuco, em sintagma simples (BA MG SP), com determinantes: Tijuco da Serra (r.BA), Tijuco Preto (AH PR SP), com sufixos: Tijuçu (AH e rcho BA), Tijuquinha (AH SC), Tjucal (c. e i.PA, rib.GO), com índice de plural: Tjucas (AH PI SC, ens. r. e sa. SC), Tjucas do Sul (AH PR). Ainda a nomenclatura acusa estas ocorrências: Tuiuti (AH SP), Tuiutinga (AH MG), Tuiú Mirim (c.RO), Tuiutizinho (AH MA).

Um dos sinônimos de lama, *yapó*, é interpretado como os “alagados à margem dos grandes rios”, que Sampaio compara aos grandes banhados das margens do Amazonas e do vale do Paraguai. Aparece na toponímia em um rio do Estado do Paraná. Já a variante *ygapó* nomeia um aglomerado em Pernambuco. Empregava-se, porém, *Igapoguaçú* para denominar as águas

vivas, enquanto as mortas foram definidas, no VLB, por *Igapoigpaba*, sem incidências onomásticas.

Relativamente ao charco, verifica-se que é percebido pelo mesmo elemento significativo que conforma a lagoa, ou seja, *Upaba*, *Ignoonga*. No entanto, Dario Paes Leme não aproxima os dois significados, o primeiro interpretando-o como uma “depressão do terreno sempre alagado, com vegetação rasteira”, e a segunda, como uma massa d’água permanente, cercada de terra, de dimensões menores que o lago e de pouca profundidade. Já o tupinólogo em que nos baseamos nesta análise, aceita essa aproximação de conteúdo, quando diz que *upá* ou *upaba* é a lagoa ou o lago, mas também o empoçado, interligando, assim, as duas naturezas semânticas. Note-se, porém que, no verbete “Brejo”, do VLB, está consignado o termo *uparana*, que pode ser traduzido pela “falsa lagoa”, “a que parece lagoa mas não é”, idéia fornecida pelo sufixo *rana*, que indica sempre uma natureza ilegítima, não verdadeira. De qualquer forma, a toponímia registra ocorrências em *upá*, assim: Upacará (“lagoa sagrada”, AH RS, ar.RS), Upamirim (“lagoa pequena”, AH BA), Upanema (“lagoa ruim, que não dá peixe”, r.RN), Uparó (de “*uparoba*, a lagoa amarga” (TS), ar.RS), Upatininga (“lagoa seca”, AH PE). Nas crônicas antigas brasileiras, há referências à lagoa Vupabussú, ou “lagoa grande”, descoberta em Minas Gerais por Fernão Dias, em suas entradas exploratórias das esmeraldas pelas quais deu a vida. O nome, porém, não está mais registrado no *Índice dos topônimos*.

O termo genérico para rocha, pedra, no VLB, é definido por *itá*, de que a toponímia acusa uma série de composições, além do emprego do próprio elemento simples, Itá (AH MT SC; ig.AM, i.MT, r.AP, rib.MT), apontando também o VLB as formas *Itátigba*, para a pedreira (nome de um aglomerado em São Paulo) e *Itaguaçu*, para o penedo grande.

Um dos nomes geográficos comuns formados com *itá* e que se toponimizaram, é aquele constituído por *itapecerica*, tradicionalmente interpretada como a “lage escorregadia”, incorporando nessa formalização um aglomerado em Minas Gerais e um rio no mesmo Estado e outro na Bahia e, em composição, o sintagma Itapecerica da Serra (AH SP). No entanto, o significado que lhe confere o VLB é outro, isto é, “Água que corre per lages e não em bica mas espalhado cubrindo toda a superfície”, desfocando-se, portanto, o ângulo do entendimento, da pedra para o líquido. A respeito dessa posição do VLB, o Pe. Lemos Barbosa afirmara o seguinte: “Quanto aos nomes próprios geográficos, apesar de nos ter conservado um bom número deles, Leonardo não mostra grandes preocupações etimológicas.²⁰ Porventura já tropeçaria com as mesmas incontáveis dificuldades na interpretação daqueles topônimos, alguns anteriores ao descobrimento, alguns talvez dados por tribos de outras línguas, e conservados pelos tupis, após a conquista da costa. Entretanto, o Vocabulário pelo simples fato de nos apresentar um repositório mais completo da língua, veio abrir novas possibilidades aos estudos etimológicos. Vejam-se, entre outras, as seguintes informações:

“Água que corre per lages ... – Itapecigrica”.²¹

20 – Trata-se do Padre Leonardo do Vale, a quem o Pe. Lemos Barbosa atribui a autoria do VLB.

21 – O “Vocabulário na língua brasílica”, p. 27.

Da mesma forma que *itapecerica*, outros vocábulos indígenas usados para designar acidentes geográficos, e citados também pelos antigos cronistas e viajantes, se toponimizaram posteriormente. Foi o que aconteceu com *itaipava*: “estância de pedregulho ou de seixos. É o vocábulo indígena para exprimir um banco de cascalhos ou travessão de pedras miúdas no leito dos rios. São Paulo, Rio, Paraná” (TS)²² (AH MA PA RJ, r.PA). Ou mesmo com *itaparica*, “cercado de pedras”, alusão, como diz Sampaio, à corda de recifes que precede certas partes da costa, esclarecendo que “a ilha grande da baía de Todos os Santos deve o seu nome a esse fato” (AH BA, cach., i. e la.BA), ou ainda com *icapara*: “Canal e barra que estabelecem a comunicação entre a parte do Mar Pequeno com o Oceano, em Iguape. A tortuosidade deste canal e os bancos de areia impedem que sejam grampeados pelos marítimos que preferem demandar a barra de Cananea com grande volta”.²³

Como aconteceu com *itapecerica*, o vocábulo *itararé* também apresenta um outro significado, além daquele que lhe deu Sampaio, ou seja, “pedra escavada, conduto subterrâneo, sumidouro; tubo, canal, cano”. No VLB, foi interpretado como “bica q. corre de cima de alguma rocha ou penedia ou por ela abaixo”, o que vem a esclarecer a origem do topônimo. Todavia, a interpretação do tupinólogo foi contestada pelo Prof. Edelweiss que, em notas ao autor, diz o seguinte: “*Itá-raré* – canal ou rego natural, é guarani, mas nada achamos que autorise a dar ao cano, a calha, feitos de ferro, a mesma designação. Em tupi se diz *itá-raré* para os canais naturais”²⁴, o que coincide com a grafia inscrita no VLB. Itaráré é topônimo no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Do ponto de vista dos acidentes humanos ou culturais, o VLB acusa alguns registros. A aldeia ou povoado, a conhecida *taba* tupi, não aparece na nomenclatura em autonomia sintagmática, apenas com formantes: Tabaf (“o rio da aldeia”, AH RS), Tabajara (“os aldeões, os senhores do povoado”, AH RO SP), Tabapuã (“a aldeia elevada”, AH SP), Tabarana (“a falsa taba” r. SP) Tabaua (“a aldeia preta”, AH MG). A cidade é *tabuçu* ou *tabete*. O primeiro termo não deixou vestígios na onomástica e, do segundo, há a variante Taubaté (AH SP), “a cidade grande, considerável”, que não provém, assim, de *taba-etê*, como diz Sampaio, no que é contestado por Edelweiss. A herdade recebia a mesma designação da roça, *Cô*; aquelas onde havia caças se identificavam por *Capigaba*. Quanto à choupana ou casebre rústico, o VLB os identificava por *Tapiya. Tejgiupaba*; deste último, encontra-se a variante *Tejupá*, nomeando um aglomerado em São Paulo.

O VLB identifica “Beco” com “Rua estreita”, empregando, para defini-los, o vocábulo relativo à casa, *oka*, acompanhado do adjetivo *mirim*. A rua propriamente dita, ou simplesmente nomeada, é a *ocara* ou *ocapucú* (*puclú* = cbmprido), ou *onhobaú*, em cujo verbete consta esta observação: “posto q. esta serue mais pa. o beco”. Oca não é topônimo em forma isolada, apenas

22 – Cf. a respeito de *itaipava*, *Relatos Monçoeiros* – “Notícia Ba. Prática Exposta na Cópia de uma carta escrita de Cuiabá aos novos pretendentes daquelas Minas”. Publ. da Com. IV Centen. da Cidade de S. Paulo, 1953, p. 161 e 169.

23 – MARQUES, Manoel Eufrazio de Azevedo – *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de S. Paulo*. Publ. Com. IV Centen. da Cidade de S. Paulo, 1954, Tomo I, p. 320.

24 – *O tupi na geografia nacional*. 4.ed., nota 171, p. 117.

com determinantes: Ocaçu (AH SP). Já Ocara (“praça, terreiro, largo”) é aglomerado no Ceará. Mas o “Sobrado” ou a “Casa alta” eram definidos, no VLB, por *Igbatê*, que também quer dizer “no sobrado, porq. quer seja nome quer adverbio, que tudo tem, não se aiunta preposição”, por compará-lo com o genérico “Lugar alto” ou “Alta cousa, ou altura para cima”. Outra explicação para o uso do termo está no verbete “Alto ser como casa, arvore, etc”.

Os caminhos não foram contemplados na toponímia atual, apesar de explícitos no VLB. Assim, “Caminho de gente” era definido por *pe* ou *xerape* ou “o meu caminho, por onde eu ando”; o “Caminho ruim” era *peayba*; o “Caminho de lugar”, *piâra*; “Todo o caminho”, *pepucui* e a estrada, *pepig-tera*. Mas a Via Láctea, no linguajar quotidiano do índio, se formou através de uma composição com o designativo de caminho, donde: “Caminho de santiago no ceu, uia lactea – *Tapyrape*”, que identifica, atualmente, um rio e uma serra em Mato Grosso.

Finalmente, o lugar deserto ou despovoado era chamado de *Tatigbeima*, *Tabigma*, nenhum dos designativos tendo registros toponímicos.

Todavia, do ponto estrito de uso denominativo, é preciso deixar claro que o VLB aponta, para certos casos, uma dupla nomenclatura indígena e portuguesa, num típico exemplo de superposição lingüística. No final, porém, o que prevaleceu foi a designação superposta, ou por desconhecimento da toponímia anterior ou pela própria vitalidade da língua transplantada. Não se trata, porém, do que Levy Cardoso aponta para a região norte, de uma tradução fiel para o português dos nomes nativos, com exceções, seguramente, porque os conceitos são outros; o que ocorreu, em tantos casos, foi a eliminação do designativo autóctone do uso corrente nacional, de que é exemplo o lago paraense Espelho da Lua, tradução do indígena Jaciuaruá.

São estes os topónimos portugueses registrados no VLB e seu correspondente indígena:

- 1 – Angra dos Reis – Ocaruçu
- 2 – Bahia de Todos os Santos – Quîrigmure. Paraguaçu
- 3 – Cabo Frio – Jequeî. Goatapstigba
- 4 – Gauea, certo penedo do Rio de Janeiro – Metaracãga
- 5 – Ilha de Cananea – Itacoatiara
- 6 – Ilha dos Alcatrazes – Tigrigmimí
- 7 – Ilha de San Sebastião – Majepim
- 8 – Ilha dos Porcos – Amocogoaba
- 9 – Ilha das Coues – Tapepigtãga
- 10 – Ilha de Uictoria – Nhauúma
- 11 – Ilha Grande – Igpaũguaçú
- 12 – Ilha de Uillagalhão – Itamoguaya
- 13 – Ilha do Gato – Igbigcui
- 14 – Ilha de Sancta Anna – Japuguaçúqueçaba
- 15 – Ilha dos Frades na Bahia – Guenú
- 16 – Ilhas de Maricaha – Jeruticaratiba
- 17 – Ilheos, a capitania – Nhoecêbé
- 18 – Ilhaes ou ilhais dos Bois – Igquepuba
- 19 – Morro de São Paulo – Tinhare
- 20 – Rio da Prata – Iggoaçú

- 21— Rio dos Patos nos Cariyôs — Jurûmirí
- 22— Rio de S. Frco. da banda do Sul — Çuparagui
- 23— Rio Doce, iunto da Capta. do Spirito Sto. — Iggoaçû
- 24— Rio das Carauellas iunto do Porto Seguro — Goaratiba
- 25— Rio de Janeiro — Nheteroya
- 26— Rio Grande de Porto Seguro — Jequîtenhea
- 27— Rio das Contas — Joecêa
- 28— Rio Real — Piaguig
- 29— Rio de S. Frco da banda no Norte — Parâ
- 30— Rio do Maranhão — Tapucurugoaçû. Em Sam Vicente. Paraupa-
ba, porq. procede de mtas. lagoas.
- 31— Serra de Mestraluo (= de Mestre Álvaro) na Capta. do Spirito San-
cto — Jacuî.²⁵

A maioria desses nomes indígenas hoje não é mais empregada como designativo, apenas alguns deles ainda se conservaram nos locais originários ou próximos a eles, como ocorre com Niterói, no Rio de Janeiro, Guaratiba, na Bahia, Tinharé, que designa uma ilha nesse estado (26), Igoaçû, no sul. Outros são aplicados em pontos distintos daqueles primitivos, de forma que não se pode vincular, hoje, o seu emprego a essa toponímia e, sim, interpretá-los como uma decorrência de um fato de língua, apenas. É o que transparece em Paraguaçu, Itacoatiara, Ibicuí, Jacuí, Jurumirim, por exemplo.

De qualquer forma, porém, a toponímia pôde confirmar o que se posicionou de início, em relação ao VLB: é ele o documento legítimo para o estudo do linguajar tupi do século XVI, refletido na geografia, pela antiguidade de seus registros, retratando a típica cosmovisão do índio e a sua maneira peculiar de referir-se aos fatos percebidos; o paralelo que se traça entre esses registros e a sua presença na nomenclatura mostra o alcance da influência que o idioma exerceu no português, e o papel da Toponímia como elemento conservador e preservador de uma linguagem não mais corrente.

Algumas considerações podem ser destacadas do contexto analisado:

a — Acidentes geográficos ou nomes comuns ou simples designativos assim tratados no VLB acabaram por se firmar como topônimos, recebendo, eles próprios, em alguns casos, um complemento circunstancial. Ex:

“Bahia ou enseada qualquer do mar — *Paranagoa*” (Paranaguá, (AH AM PI PR);

“Rio genérico — *Iggoaçû*” (Iguaçu — AH BA MG PR RJ; Iguazuinho — AH PR);

b — O VLB elucida o emprego de certos termos geográficos, que o uso acabou por lhes imprimir significação diferenciada, o que ocorre com *itararé* e *itapecerica*, por exemplo.

25 — A respeito deste topônimo, consulte-se SOUSA, Gabriel Soares de, *Notícias do Brasil*, Cap. XLI — “Em que se declara a costa do rio Doce até a do Espírito Santo” (p. 37/38).

26 — O topônimo Tinharé foi registrado por SOUSA, Gabriel Soares de-*Ibidem*, Cap. XXIX — “Em que se torna a correr a costa e explicar a terra dela da ponta do Padrão até o rio de Camamu” (p. 28).

c – O VLB registra também uma toponímia específica para acidentes conhecidos através de outros nomes indígenas e que foram, afinal, suplantados, muitos deles, pelo chamamento português.

d – A natureza de muitos dos designativos geográficos registrados no VLB, como já lembrara Theodoro Sampaio ao se referir ao conteúdo semântico dos nomes tupis, é de caráter descritivo (Paranaguá, Paraguaçu, Parau-paba), procurando, com certeza, evidenciar a relação com o referencial retratado, de modo a ressaltar seu aspecto mais evidente, desde que isso era peculiar ao índio, no tratamento dispensado aos fatos naturais.

Quadro de abreviaturas

<i>AH</i>	=	<i>acidente humano</i>
<i>c.</i>	=	<i>córrego</i>
<i>cach.</i>	=	<i>cachoeira</i>
<i>ens.</i>	=	<i>enseada</i>
<i>i.</i>	=	<i>ilha</i>
<i>ig.</i>	=	<i>igarapé</i>
<i>la.</i>	=	<i>lagoa</i>
<i>lo.</i>	=	<i>lago</i>
<i>r.</i>	=	<i>rio</i>
<i>rcho.</i>	=	<i>riacho</i>
<i>rib.</i>	=	<i>ribeirão</i>
<i>sa.</i>	=	<i>serra</i>

Recebido em 14 de julho de 1989.

ABSTRACT

The *Vocabulário na língua brasílica* is an feasible document in order to study the 16th. Century Tupi. Its geographic terms were used like toponims, establishing what we call basic toponimic words. The present article is related to the listing of these designatives and their aplication in real toponimy.

Key-words: *Vocabulário na língua brasílica* – *Basic toponimic words* – *Antonomasia* – *Toponimization of geographic designatives (oronimic, blitonimic, hidronimic and human fields.)*.